



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679739 - SP (2021/0217199-2)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO VINICIUS STOPPA CARVALHO - SP320632
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : F K R B DE M (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de F. K. R. B. DE M. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1500913-62.2020.8.26.0015).

Ao paciente foi aplicada a medida socioeducativa de internação, por prazo indeterminado, ante a prática de ato infracional equiparado ao previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta que a manutenção da medida de internação configura constrangimento ilegal. Aduz que “a medida aplicada não é compatível com a conjuntura apresentada pelo adolescente, devendo ser afastada, dando lugar à medida mais adequada, corroborando com os princípios da necessidade, excepcionalidade, brevidade e atualidade”.

Requer a concessão da medida liminar para permitir ao adolescente aguardar em liberdade o julgamento do *habeas corpus*, suspendendo-se a execução da medida de internação e, ao final, seja confirmada a liminar, com a imposição que seja substituída a medida imposta por outras medidas socioeducativas em meio aberto, quais sejam, liberdade assistida cumulada com prestação de serviço à comunidade, ou, subsidiariamente, medida de semiliberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente